



O que esperam os escritórios nacionais de 2015?

Que tendências vão fazer-se sentir no mercado português no próximo ano, tendo em conta as perspectivas para o desempenho da economia? E em que áreas vêem mais potencial de crescimento? E quais as que devem desacelerar? Para responder a estas questões, falamos com dezenas de advogados dos principais escritórios portugueses. Conheça as suas opiniões.

A grave crise económica e as dificuldades de tesouraria levaram os empresários a tentar encontrar fontes de financiamento alternativas, além do tradicional mercado de empréstimos bancários, como o microcrédito, obrigações e private equity, moldando assim de uma nova forma as características do seu acompanhamento jurídico. As sociedades tiveram que adaptar-se às novas necessidades das empresas desenvolvendo áreas de prática que até então poderiam ter menos expressão.

Com a previsão de crescimento económico, ainda que tímido, acreditamos que as empresas portuguesas poderão realizar investimentos de expansão ou consolidação no mercado interno ou a nível internacional e, conseqüentemente, verificar-se um aumento em M&A, venture capital e private equity. Mercados como Angola, Moçambique e China têm-se mostrado atrativos do ponto de vista de investimento das empresas nacionais que vêm estes mercados como possíveis potenciadores dos seus negócios.

Por outro lado, e ainda no rescaldo da crise económica, cremos que as áreas de insolvência, reestruturação e laboral vão continuar a ser solicitadas. Todavia, poder-se-ão verificar reestruturações nas, anteriormente reforçadas, equipas de contencioso, uma vez que o ciclo económico das empresas está gradualmente a alterar-se.

Apesar de todo o otimismo, verificamos que, relativamente aos clientes, a tendência ditada pela crise irá manter-se. Ou seja, os clientes estão mais exigentes, mais atentos relativamente à faturação e todos aqueles que negociaram valores, dificilmente irão aceitar uma mudança no padrão já estipulado. Os desafios continuam a ser estar próximo do cliente, ser mais eficiente, ser mais rápido, com taxas de faturação, margens e rentabilidade cada vez mais competitivas.

Tendo todo o panorama económico dos últimos anos em consideração, uma tendência futura para a advocacia e para os escritórios serão o risco e a regulação. As empresas em geral, não só as grandes empresas, sentem a necessidade de estarem melhor preparadas para os seus desafios financeiros assim como de dominarem cada vez melhor as ferramentas de compliance e governance.



Manuel Santos Vitor

Managing Partner de PLMJ

Com a retoma da economia em Portugal, as expectativas para o mercado da advocacia são animadoras. Já temos vindo a sentir uma retoma significativa do interesse de grandes grupos estrangeiros por Portugal. É um sinal positivo sendo que o sector da advocacia é um dos primeiros onde se sente o crescimento ou o decréscimo da actividade económica.

Para além das oportunidades criadas pelo programa de privatizações (e estivemos envolvidos em todas as operações desde 2011), tem-se verificado um renovado interesse por parte dos investidores estrangeiros em sectores como o turismo, produção industrial, agro-negócio, imobiliário.

Um renovado clima de confiança e uma visão mais positiva dos mercados, irão contribuir para um aumento da procura de serviços jurídicos por parte das empresas portuguesas e estrangeiras, sem descurar o segmento de mercado das pessoas físicas que constituem uma parte relevante da nossa actividade.

Os mercados externos onde estamos presentes dão sinais consolidados de níveis elevados de crescimento e contamos continuar a progredir em volume de trabalho e negócios nesses mercados.

As áreas de Direito do Trabalho, Contencioso e Arbitragem, Fiscal, mais associadas a períodos de crise, devem continuar a ter um grande volume de trabalho. No entanto, se tivermos em consideração a realidade dos últimos meses, nas áreas associadas a fases de crescimento económico já se começou a sentir maior pressão em termos de volume de trabalho, como M&A (Fusões e Aquisições), mercado de capitais, Private Equity e Imobiliário. Esperamos ter um ano cheio de trabalho e novos desafios.

Aumentámos significativamente a capacidade instalada em Portugal e também nas várias jurisdições onde estamos, respondendo desde já ao acrescido volume de trabalho e antecipando a consolidação desse crescimento.



Rogério M. Fernandes Ferreira

Sócio Fundador e Managing Partner da RFF & Associados

Entendo que as previsões económicas para o próximo ano, aliadas a algumas das mais recentes alterações fiscais, possam vir a estimular algum investimento em Portugal. Julgo mesmo que a resenha do actual sistema fiscal português irá contribuir, de forma decisiva, para que Portugal se possa afirmar como plataforma de investimento para a Europa e para os mercados

dos países de língua oficial portuguesa, assim tal seja comunicado institucionalmente de forma adequada nomeadamente pelos escritórios de advogados.



Paulo Alexandre Coelho

Cumpra sublinhar, em particular, uma crescente e relevante procura, por parte de clientes estrangeiros, na obtenção do estatuto de residentes não habituais, nomeadamente de nacionalidade Francesa, para além de obtenção de "golden visas" junto de países terceiros. Julgo também que o novo regime de participation exemption conjugado com a alargada rede de convenções já celebradas por Portugal e com regimes suspensivos de impostos mais ligados ao shipping de mercadorias serão importantes, medidas que potenciarão a área de comércio internacional, os impostos aduaneiros e os impostos sobre o consumo. O contencioso tributário, aqui incluindo, taxas e outros tributos especiais e parafiscais e mercê de pressão para obtenção de receitas adicionais tenderá também a subir enquanto área de actividade profissional durante o ano de 2015.



José Nogueira

Sócio da RSN

O ano de 2015, na minha perspectiva, continuará ainda na linha do ano de 2014, a economia vai continuar bastante estagnada.

Assim áreas como reestruturações, insolvências, bancário, e conflitualidade fiscal continuarão a ser áreas, na minha opinião, de grande actividade.

Por outro lado é notório o regresso à indústria e conseqüente aumento de actividade e projectos nesta área, o que tem criado novas oportunidades, nomeadamente no licenciamento industrial, área da propriedade industrial e direito laboral.

Finalmente a expansão e a ligação aos mercados de Angola e Moçambique claramente são apostas a manter.

O balanço final apresenta-se como um ano que revela grandes potencialidades e desafios, especialmente para um escritório como o nosso que tem o seu ADN nas zonas industriais do Grande Porto, Vale do Ave e Cávado.